

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 875

**O USO DAS PNADs NA ANÁLISE
DO FENÔMENO MIGRATÓRIO:
POSSIBILIDADES, LACUNAS E
DESAFIOS METODOLÓGICOS**

José Marcos Pinto da Cunha

Rio de Janeiro, abril de 2002

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 875

O USO DAS PNADs NA ANÁLISE DO FENÔMENO MIGRATÓRIO: POSSIBILIDADES, LACUNAS E DESAFIOS METODOLÓGICOS*

José Marcos Pinto da Cunha**

Rio de Janeiro, abril de 2002

* Este artigo foi apresentado e debatido no seminário , "PNADs da década de 90: uma avaliação", realizado em novembro de 2001 pela DISOC/IPEA juntamente com a Ence/IBGE. Os textos com as críticas e sugestões dos debatedores são fornecidos no final do documento. O conjunto dos trabalhos, e respectivos comentários, será publicado em breve, na forma de um livro.

** Da Unicamp.
zemarkos@nepo.unicamp.br

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 1

2 A POTENCIALIDADE DAS PNADs COMO FONTE DE DADOS SOBRE MIGRAÇÃO 2

3 QUÃO CONFIÁVEIS SERIAM OS DADOS DERIVADOS DA PNAD PARA O ESTUDO DA
MIGRAÇÃO? 13

4 SUGESTÕES PARA AS PNADs DE 2000 17

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 23

ANEXO 1 25

ANEXO 2 28

BIBLIOGRAFIA 35

SINOPSE

Nos anos de 1990, após mais de uma década de sua implantação, a PNAD incorporou, de maneira contínua, a coleta de informações sobre migração em seu questionário básico. Contudo, percebe-se que o uso desses dados é ainda muito pequeno entre os estudiosos de população, em especial os demógrafos.

Este artigo, como parte de um projeto maior da avaliação das PNADs dos anos de 1990, teve por objetivo principal apresentar as potencialidades dessa fonte para análise e diagnóstico da migração, além de algumas possibilidades para o aperfeiçoamento do instrumento, no que diz respeito ao estudo do fenômeno migratório. Para mostrar a confiabilidade dessa fonte, também foram feitos exercícios, de maneira a comparar os resultados derivados das PNADs de 1992 e 1996, em termos dos volumes e fluxos migratórios estimados, aos do Censo Demográfico de 1991 e Contagem de 1996. Ficou claro que, além de consistentes, os dados da PNAD representam uma rica e confiável fonte para o conhecimento da migração e que, portanto, deveriam ser mais utilizados, tanto de maneira a se propor novas e criativas formas de manipulação das informações, quanto visando contribuir para o processo de aperfeiçoamento do instrumento.

ABSTRACT

In the nineties, after more than a decade of data collection, PNAD's basic questionnaire included systematic data collection on migration. Nevertheless, scholars and specially demographers have seldom explored this data source.

This paper is part of a major evaluation project of PNAD in the nineties. It presents the potentials of this data source for migration research and discusses ways to improve data collection. To assess the quality of PNAD's migration estimates, data on volumes and flows were comparable to the ones obtained from the 1991 Demographic Census and the 1996 General Census Count. The results demonstrate that PNAD is a reliable and rich data source to study migration and should be more widely used. This effort would enable scholars to develop novel and creative means of data analysis techniques and improve current instruments for data collection on migration.

1 INTRODUÇÃO

Nos anos de 1990, após mais de uma década de sua implantação, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) incorporou, de maneira contínua, a coleta de informações sobre migração em seu questionário básico. Fato muito importante, considerando a crônica falta de informações periódicas sobre este fenômeno, que dependia, para o seu diagnóstico e análise, exclusivamente dos dados decenais provenientes dos censos demográficos. Cabe ressaltar que durante os anos de 1980, em termos da produção de dados para o período intercensitário, estes passaram praticamente intactos.¹

Este fato, além de ter contribuído para a baixa produção, pelo menos entre os demógrafos, de estudos sobre a temática migratória nos anos de 1980, também implicou grandes dificuldades para a análise prospectiva do fenômeno, com impactos, principalmente sobre as projeções demográficas que, em geral, se equivocaram sobre o comportamento da migração durante aquela década, comportamento este que, sem dúvida nenhuma, surpreendeu a todos os pesquisadores de área.

Nesse sentido, a introdução de quesitos sobre migração nas PNADs a partir de 1992 representou, indubitavelmente, um avanço sem precedentes para uma avaliação mais atualizada do fenômeno, e o reconhecimento, por parte do IBGE, da necessidade de se acompanhar de perto o comportamento migratório que, como todos sabemos, se apresenta com uma significativa dificuldade de previsão, tendo em vista seu caráter multifacetado, seja em termos dos seus condicionantes, ou mesmo em termos das modalidades que pode assumir. Na atual situação, de amplas e rápidas mudanças estruturais pelas quais passam a sociedade e a economia brasileiras, mais do que nunca o acompanhamento passo a passo das transformações do fenômeno migratório se torna uma exigência para qualquer estudioso do tema.

Contudo, em que pese a grande oportunidade oferecida por essa fonte de dados aos pesquisadores, seus dados foram e continuam sendo muito pouco analisados. De fato, em função do que parece ser um misto de desinteresse, desconhecimento de suas potencialidades e descontentamento pelas restrições — particularmente as espaciais — impostas pela amostragem da PNAD, o que se tem percebido é um uso muito restrito dos quesitos sobre migração entre os estudiosos de população, em especial os demógrafos.

É nesse contexto que este artigo, como parte de um projeto maior da avaliação das PNADs dos anos de 1990, tem por objetivo apresentar as potencialidades oferecidas por esta fonte para a análise e diagnóstico do fenômeno, bem como as restrições impostas tanto pelo seu desenho amostral, quanto pelos tipos de informações recolhidas; trata-se, portanto, de mostrar o que se pode ou não fazer. Por outro lado, o texto se propõe a apontar algumas possibilidades para o aperfeiçoamento do instrumento, no sentido de captar, dentro das limitações impostas pela amostra, ou outras modalidades de deslocamentos ou questões consideradas importantes para se entender os processos contemporâneos de distribuição espacial da população.

¹ Exceto em 1986, quando a PNAD conteve um suplemento sobre migração.

É importante deixar claro que este trabalho não pretende ser exaustivo, muito menos apresentar grandes inovações em termos do uso dos dados para a análise da migração. Muito do que aqui será tratado beneficia-se das importantes contribuições de demógrafos e pesquisadores, que já trataram de esquadrihar as várias possibilidades dos dados censitários sobre migração, tais como: Martine (1984), Carvalho (1985), Carvalho e Machado (1992), Carvalho e Rigotti (1998) e Rigotti (1999), e que são, de certa maneira, reproduzidas nas PNADs. Assim, o que se apresenta a seguir são reflexões advindas da experiência do uso desses dados e do diálogo com outros especialistas, visando fornecer ao leitor um quadro, o mais completo possível, das várias possibilidades e potencialidades da fonte em questão.

2 A POTENCIALIDADE DAS PNADs COMO FONTE DE DADOS SOBRE MIGRAÇÃO²

Como já mencionado, pode-se dizer que a grande maioria da informação recolhida pelas PNADs dos anos de 1990 sobre migração é da mesma natureza daquela captada nos censos demográficos, particularmente os de 1991 e 2000, e, por esse motivo, o seu uso pode e deve se beneficiar dos aportes metodológicos desenvolvidos por demógrafos ao longo dos anos de 1980 e, sobretudo, de 1990. Nesse caso, os esforços realizados foram de grande importância para a utilização mais exaustiva e, principalmente, criativa dos quesitos, de maneira a melhor caracterizar, analisar e descrever os movimentos migratórios.

No obstante o anterior, há que se reconhecer que as PNADs apresentam certas especificidades, de maneira que nem todos os desenvolvimentos metodológicos realizados que têm os censos como referência possam ser imediatamente aplicados. De fato, apesar de essa fonte apresentar uma grande riqueza de informações que permitem acompanhar mais de perto o caminhar do processo migratório nacional, ela apresenta certas limitações que devem ser consideradas no momento da análise.

A primeira dessas limitações — e a mais óbvia — diz respeito ao tamanho e ao nível de representatividade da amostra da PNAD, pois não permite conhecer a realidade migratória dos municípios e das regiões dentro dos estados, com exceção de algumas regiões metropolitanas. Na realidade, essa limitação, que entre outros aspectos não permite, por exemplo, estabelecer fluxos migratórios ao nível municipal, representa uma grande restrição, particularmente se se considera a atual configuração da questão migratória no país, que claramente se caracteriza pela crescente importância dos movimentos de mais curta distância e intra-regionais, como já foi destacado em algumas pesquisas [ver Pacheco e Patarra (1997), Brito (2000); Cunha e Baeninger (2000) e Matos e Baeninger (2001)].

² Esta seção se beneficia de e reproduz parte das reflexões elaboradas em outro estudo (mimeo) sobre o uso dos censos demográficos na análise de migração [Cunha, (1998)].

Além disso, não se pode deixar de considerar que a mesma limitação amostral impossibilita a grande flexibilidade dos censos demográficos em termos da gama possível de cruzamentos de variáveis e do número de categorias utilizadas para cada uma delas.³

A falta de coleta de informações para a zona rural da região Norte também faz com que a PNAD não forneça um quadro completo para esta região, que, como mostram alguns estudos [Moreira e Moura (2000) e Cunha e Baeninger (2000)], tem sido a de maior dinamismo em termos migratórios, dinamismo este que passa também pela ocupação de áreas rurais.

Outro elemento que pode causar algum tipo de preocupação refere-se à expansão da amostra que, como se sabe, é feita com base em projeções demográficas e que, portanto, pode levar a imprecisões nas estimativas (ou maiores erros, já que nem mesmo o Censo pode ser considerado como exato). Contudo, considera-se tal questão de menor importância, tendo em vista que o mais relevante seriam as tendências sugeridas pela fonte em termos das intensidades, direções e características dos fluxos migratórios.

Enfim, a despeito da semelhança do tipo de informação levantada, a PNAD deve ser utilizada com certa cautela, muito embora a sua riqueza em termos de dados sobre migração e, o que é mais importante, sua periodicidade anual a torne talvez a mais importante fonte de dados atual sobre o tema existente no Brasil. Não seria exagero dizer que se ainda existem dúvidas sobre as grandes tendências migratórias no país é porque, muito provavelmente, se lançou mão dessa fonte que abre muitas portas para acompanhar e conhecer melhor o fenômeno.

2.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MIGRANTES E DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

As Nações Unidas, em seu famoso Manual IV *Métodos de medición de la migración interna* (1972, p.2) assim define a migração:

“La migración se define como un traslado de una zona definitoria de la migración a outra (o traslado a una distancia mínima especificada) se ha hecho durante un intervalo de migración determinado y que há implicado un cambio de residencia.”

Como se nota nessa definição, são dois os elementos necessários para definir a migração: espaço e tempo. Mesmo que as definições adotadas pelas Nações Unidas, de “zona definitiva” e “intervalo de migração”, ainda que com várias ressalvas constantes no texto, fiquem um tanto nebulosas em função do caráter “polifacetado” do fenômeno [Nações Unidas (1972, p.1)], a questão é que a conceituação de “migração” ou “migrante” passa necessariamente por um recorte espacial e temporal.

Bilsborrow (1996, p.5) também reconhece o caráter multifacetado do fenômeno ao identificar várias modalidades de deslocamentos populacionais, classificados com relação ao tempo de duração (*long-term* ou *short term*), a partir do qual pode-se definir movimentos permanentes, temporários, sazonais etc.:

³ Apenas como exemplo dessa questão, a matriz migratória da migração interestadual (UF de origem *versus* UF de residência) obtida a partir da PNAD, em geral não suporta uma análise desagregada segundo a UF de origem dos migrantes para várias UFs com menor tamanho populacional. Mais complexa ainda alcançar a representatividade de uma tabulação por UF de origem e segundo alguma outra variável, como educação ou renda, por exemplo.

“In fact, the use of the term permanent should be avoided, as neither the migration is permanent — not even for nomads — nor is the residence, indeed, the lack of permanence is inherent in the definition of migration itself (...). It is desirable to distinguish these terms which are often used interchangeably: temporary migration may occur at regular or irregular intervals and is not necessarily linked to a particular season. It is therefore a more generic term that encompasses seasonal migration as a special case. Seasonal migration is most commonly, but not necessarily, link to the agricultural season: when labor needs are high at planting or harvesting times, people may migrate to that area to work; during slack seasons, people in the area may migrate elsewhere in search of work. Seasonal migration may also occur in relation to other activities, such as construction, road building, tourists services, et cetera. Circulation is probably more difficult to define, but in the interest of stimulating debate towards a common definition, I suggest that it be defined as movement within a 30-day period, whether for work or other reasons, that involves sleeping a series of consecutive nights away from home, and it repeated on a more-or-less regular basis in consecutive months, but without changing one’s perceived place of usual residence (...). In that sense it differs from commuting, or daily travel to a place of work or study”.

Na PNAD, assim como nos censos demográficos, o caminho conceitual não é diferente. Assim sendo, os quesitos escolhidos para compor o questionário da PNAD na Seção 5, dedicada à migração,⁴ trazem embutidos, de certa forma, uma noção de migrante que precisa ser entendida, em suas qualidades e deficiências, para ser bem utilizada.

É bem verdade que não existe a melhor definição de migrante, mas sim aquela que melhor se adequa aos objetivos do pesquisador. Também é certo que nem sempre se tem, a partir de pesquisas do tipo censitário ou da PNAD, a informação que se deseja, uma vez que o caráter não-retrospectivo da maioria das questões impõe importantes limites à análise. Estudar um fenômeno nitidamente fruto de um processo a partir de dados resultantes de uma “fotografia” do momento é, sem dúvida, um obstáculo a ser transposto, tarefa que nem sempre é possível realizar.⁵

De qualquer maneira, tanto os censos como as PNADs, com alguns cuidados metodológicos e, sobretudo, muita criatividade, podem oferecer um conjunto de informações sobre os movimentos migratórios suficientemente consistentes e adequados para um conhecimento do fenômeno.

Embora acredite-se que tempo e espaço devam caminhar sempre junto nas análises sobre a migração, tendo em vista que para cada “tipo” de movimento, de uma forma ou de outra, sempre corresponde um momento específico (*etapas*) da trajetória social, econômica, política etc. de um determinado território, nesse texto optou-se por apresentar de maneira separada cada um desses elementos abordados nas PNADs.

⁴ Para os quesitos específicos, ver Anexo 1.

⁵ Essa discussão é muito interessante mas foge do escopo deste trabalho. Para maiores detalhes sobre esse tipo de desafio analítico, ver Martine (1980) e Cunha (1998).

2.1.1 Os Recortes Espaciais na PNAD e suas Potencialidades

Ainda que tanto estado quanto município sejam considerados como referência espaciais na formulação dos quesitos sobre migração nas PNADs dos anos de 1990, deve-se considerar que, pela especificidade amostral já comentada, somente no caso das UFs é possível estabelecer os fluxos migratórios. Quer dizer, mesmo que se possa catalogar o informante como um migrante intermunicipal, como se verá mais adiante, a informação recolhida sobre o lugar de origem⁶ do movimento somente permite caracterizar o fluxo migratório em nível de UF.

De toda forma existem pelo menos três diferentes maneiras de identificar a origem dos migrantes:

- UF de nascimento;
- UF de residência anterior; e
- UF de residência cinco anos antes.

Embora a discussão aprofundada das vantagens e desvantagens da utilização de cada um desses quesitos fuja dos objetivos deste texto, pois já foi motivo de trabalhos bem mais aprofundados [Nações Unidas (1972), Martine (1984a), Carvalho (1984), Carvalho e Machado (1992), Carvalho e Rigotti (1998) e Rigotti (1999)], considera-se importante fazer alguns comentários sobre os mesmos, de forma a alertar o leitor sobre o seu uso.

No caso da “UF de nascimento”, a condição de migrante seria definida para aqueles indivíduos cuja UF onde foi entrevistado fosse distinta daquela de seu nascimento. Claro está que utilizando este quesito se teria apenas o que se chama de “migrantes acumulados” (*lifetime migrants*), ou seja, todos aqueles que chegaram à UF analisada independentemente do tempo de residência. Assim sendo, mais que em qualquer situação, a utilização desse quesito exige um controle pelo tempo de residência, sob pena de analisar coortes migratórias muito dispersas no tempo e, portanto, muito distintas em termos de processos.

Além disso, considerar o lugar de nascimento significa optar por captar o primeiro movimento do indivíduo que, para certos propósitos, pode ser pouco relevante ou pouco informativo dos processos migratórios.⁷

⁶ Na verdade, já nos anos de 1960 e 1970, quando ainda era clara a predominância dos fluxos interestaduais e rural/urbano, Singer (1980, p. 237) considerava difícil falar em origem, tendo em vista o caráter da migração como “processo social”, onde “a unidade migratória deixa de ser o indivíduo para ser o grupo”, e que, portanto, cria um “fluxo migratório que pode ser de longa duração e que descreve um trajeto que pode englobar vários pontos de origem e de destino”. Mais contemporaneamente, esse conceito fica ainda mais difícil de ser precisado, tendo em vista as grandes transformações sofridas pela sociedade brasileira em termos de seu processo de urbanização, dinâmicas regionais, reestruturação e desconcentração produtiva, etc. Estas têm implicado o aparecimento de novos ou o incremento de certos tipos de movimentos populacionais em detrimento de outros, num aparente aumento da circulação, fruto da instabilidade do migrante em termos de sua inserção nos destinos [Baeninger (1999), Cunha (1994) e Cunha e Dedeca (2000)]. Assim sendo, neste texto o termo se utiliza simplesmente como indicativo do ponto da trajetória do indivíduo que gerou um fluxo em direção a outro local, ponto este que, como se verá, pode variar segundo o tipo de informação utilizada.

⁷ Ver nota anterior.

Com a informação sobre a “UF de residência anterior” tem-se, na verdade, a última origem do indivíduo antes de fixar residência no estado onde foi entrevistado. Assim sendo, a partir desse dado, pode-se traçar um quadro, de certa forma, mais atualizado do processo migratório, na medida em que serão computados os movimentos realizados mais recentemente pelos migrantes, particularmente no caso dos mais jovens, com pouca ou nenhuma experiência migratória ou daqueles com história de múltiplas residências. Há que se recordar que, no caso da PNAD, a informação sobre UF de residência anterior é mais adequada que aquela apresentada pelo censo demográfico, na medida em que, ao contrário deste último a pergunta não está atrelada à declaração do município de residência anterior, fato que representa claramente uma vantagem.⁸

Finalmente, o quesito sobre “UF de residência cinco anos antes”, assim como a informação anterior, permite que se conheçam movimentos mais recentes dos indivíduos. Contudo, com a particularidade de fixar claramente um período para a migração (ou seja, cinco anos), isso implica vantagens para cálculos demográficos, como taxas de migração, saldos migratórios etc. [ver Carvalho e Machado (1992)]. De qualquer maneira, a utilização dessa informação tem a desvantagem de desconsiderar todos os movimentos realizados pelo indivíduo dentro do período.

Como se nota, a partir de qualquer dos três quesitos, é possível, pela PNAD, esquadrihar os fluxos migratórios em nível das UFs simplesmente pela tabulação cruzada entre “residência atual” — destino — e “residência prévia” — origem (nascimento, cinco anos antes ou última residência).

Mesmo “preso” ao recorte espacial da UF, variações dos tipos de migrantes poderiam ser obtidas ao se combinar as perguntas anteriores entre elas e com outras, como aquela referida ao “tempo de residência”, o que amplificaria ainda mais as possibilidades da informação. Nesse sentido, há que se destacar que a definição mais detalhada da trajetória dos indivíduos permitiria a construção de tipologias mais complexas dos movimentos, o que, sem dúvida, contribuiria para o enriquecimento da compreensão dos processos migratórios, os seus condicionantes e as suas conseqüências.⁹

Na verdade, além do simples cruzamento de cada um dos quesitos anteriores com a residência atual, definindo uma matriz migratória e diferentes modalidades de migrantes, poder-se-ia pensar em formas mais complexas de combinação das mesmas visando a um melhor conhecimento do fenômeno migratório e, assim, atender a alguns interesses analíticos:

UF de residência atual versus UF de residência anterior versus UF de nascimento: além dos últimos movimentos, também se poderia captar a primeira origem do migrante. Este tipo de cruzamento permitiria conhecer mais de uma origem e, portanto, descrever com maior detalhe a trajetória dos indivíduos. Nesse caso, seria possível configurar “a migração por etapas”, particularmente importante em estudos, por

⁸ De fato, ao atrelar a UF ao município de residência anterior, o censo demográfico deixa de identificar a origem de todos os movimentos interestaduais cujos indivíduos tenham feito uma migração dentro do estado onde foram recenseados, obrigando o pesquisador a realizar ajustes aproximados para conhecer a realidade dos fluxos migratórios estabelecidos entre UFs.

⁹ Não é demais lembrar que cuidados especiais devem ser tomados no momento de tabulações mais complexas envolvendo duas ou mais variáveis com relação às possibilidades dadas pela amostra, particularmente para aquelas UFs de menor tamanho populacional. Nesses casos, é importante consultar um estatístico ou mesmo o próprio IBGE sobre o número mínimo de casos necessários para a validação dos dados.

exemplo, de processos metropolitanos onde, em geral, o migrante interestadual acaba também realizando um movimento intra-estadual (ou intrametropolitano) antes de fixar sua residência. É o que acontece em regiões como a metropolitana de São Paulo [Cunha (1994)], entorno de Brasília [Caiado (2000)], entre outras. O mesmo ocorre com a migração para áreas de fronteiras que, como mostra Salim (1992) para o Centro-Oeste, podem experimentar “uma migração concentrada regionalmente, mas caracterizada pela razoável mobilidade interestadual, antes de situar-se na região”. Nesse caso, é bastante clara a necessidade de se conhecer mais detalhadamente a trajetória dos migrantes para que se possa chegar a uma adequada interpretação das causas dessa migração. Não menos importante está a possibilidade de se identificar a migração de retorno (no caso “UF de residência atual” igual à “UF de nascimento”),¹⁰ fenômeno que ganhou importância nos anos de 1980 e 1990 [Cunha e Baeninger, (2000) e Vainer e Brito (2001)]. Mais adiante serão feitas algumas considerações analíticas sobre o uso desse tipo de informação.

UF de residência atual versus UF de residência anterior versus UF de residência cinco anos antes: como mostram Carvalho e Rigotti (1997), este cruzamento permite a identificação de mais de uma etapa da trajetória para aqueles migrantes que, nos últimos cinco anos antes do levantamento, fizeram mais de um movimento entre estados. Fica claro nesse caso que se contaria com a informação da UF de residência cinco anos antes e da residência imediatamente anterior à UF onde o indivíduo foi entrevistado. Mais especificamente, Carvalho e Rigotti também alertam para a possibilidade de se identificar pessoas que, durante esses cinco anos, saíram e retornaram à mesma UF onde foram entrevistadas, as quais foram rotuladas como “retornados plenos”. Não obstante a forma criativa na construção desse tipo de migração a partir dos dados, os autores deixam ainda em aberto as potencialidades analíticas que este tipo de migração poderia representar em termos do entendimento do fenômeno.

UF de residência anterior (ou UF de residência cinco anos antes) versus situação de domicílio atual: como será comentado mais adiante, a migração por situação de domicílio sempre traz informações interessantes para se conhecer os processos migratórios. Nesse sentido, o cruzamento proposto permitiria uma avaliação dos locais de destino dos migrantes em termos da localização rural e urbana, dado importante para se avaliar a importância da migração de tipo rural-urbana, urbana-urbana etc., particularmente hoje em dia quando vários fenômenos encontram-se em debate, como o fechamento das fronteiras, o crescimento da população rural em alguns estados etc. Contudo, este dado é limitado no sentido de que não permite conhecer a situação de residência anterior do indivíduo — não levantado pela PNAD — e na medida em que, como se sabe, não leva em conta considerar a área rural dos estados da região Norte.

Existência de município de residência anterior versus UF de residência atual: um dos fenômenos mais importantes no quadro migratório nacional das últimas décadas diz respeito não apenas ao crescimento dos movimentos migratórios intra-regionais, mas também ao aumento de sua importância relativa na dinâmica demográfica das regiões

¹⁰ Como se percebe, para obter os migrantes de retorno bastaria apenas o cruzamento da UF de nascimento com apenas um dos dois outros quesitos. Claro que cada um desses cruzamentos daria lugar a dados diferentes: para a “UF de residência anterior”, todos os retornados em algum momento anterior à PNAD; para “UF de residência cinco anos antes”, apenas os retornados dentro do período de cinco anos imediatamente anterior ao levantamento.

menores, em função da redução dos movimentos populacionais interestaduais. Assim, mesmo limitado apenas à aferição do volume destes movimentos, já que a PNAD não fornece — e nem poderia devido ao tamanho da amostra — o município de origem, a tabulação proposta permite conhecer a situação da mobilidade intermunicipal no país e nos vários estados.

Naturalidade no município de residência versus existência de município anterior: a migração de retorno também pode ser aferida a partir desse cruzamento, na medida em que daí é possível mensurar o volume de pessoas que, tendo residido em outro município, retornaram ao seu local de nascimento. Como se verá, tal informação é de suma importância quando se pretende conhecer melhor o papel e o significado da migração de retorno para um determinado estado.

2.1.2 Os Recortes Temporais

É muito comum que os estudos sobre migração considerem o tempo de residência do indivíduo, não apenas por sua importância para caracterizar distintas coortes ou “ondas” de migrantes, mas sobretudo por seu significado na interpretação dos diferenciais identificados entre aqueles que chegaram ou saíram de um determinado local. No entanto, é sempre bom ter em mente que as características da informação coletada em levantamentos como a PNAD, ao considerar apenas os “sobreviventes” — ou seja, aqueles que não morreram ou voltaram a migrar — acabam colocando questões complexas para a análise dos dados sobre tempo de residência.

Assim, como mostra Martine (1980) em seu clássico texto, é sempre difícil avaliar se diferenças encontradas entre migrantes novos e antigos ou entre estes e os nativos se devem realmente a um processo de assimilação ou simplesmente à “sobrevivência dos mais fortes”. Na verdade, foge dos objetivos deste texto discutir tais questões, mas é muito importante que o leitor tenha em conta essa problemática no momento de utilizar a informação sobre tempo de residência dos migrantes.

Mesmo individualmente, o tempo de residência seria um elemento suficiente para definir a condição de migrante ou não-migrante do indivíduo. De fato, bastaria que esse tempo fosse menor do que a idade do declarante para que ficasse configurada a existência de pelo menos um movimento prévio. Vale lembrar, no entanto, que, como salientado anteriormente [Bilsborrow (1996)], o tempo de duração da residência pode dar conotações distintas ao caráter permanente ou não da migração. Contudo, a especificidade do dado da PNAD não permite que se tenha clareza sobre este aspecto, já que para um indivíduo com pouco tempo de duração não se pode saber se sua residência será definitiva, ou se ele é um migrante temporário etc.¹¹

A PNAD traz em seu questionário dois tipos de duração de residência: no estado e no município. Pode-se notar que, embora cada qual se refira a tempos diferentes, é possível saber, pelo cruzamento de ambos, por exemplo, se o indivíduo é o “não-migrante” intra-estadual (tempo na UF maior do que o tempo no município) ou apenas

¹¹ Na verdade, para se enfrentar uma discussão desse tipo seria necessário uma pesquisa especialmente desenhada para tal, entre as quais aquelas do tipo de segmento de coortes (*follow up*) talvez fossem as mais recomendadas.

interestadual (tempo na UF igual ao tempo no município).¹² Contudo, não há dúvidas que essas informações seriam imensamente enriquecidas se a elas fosse agregado algum elemento espacial, como, por exemplo, aqueles apresentados na seção anterior.

Assim sendo, mesmo tendo sido comentados em separado, espaço e tempo deveriam sempre andar juntos quando se trata de pensar o estudo do fenômeno migratório. Nesse sentido, como se mostrou, a PNAD, apesar de algumas limitações, constitui-se em uma fonte muito rica e interessante a ser aproveitada.

2.2 ANÁLISES SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DA MIGRAÇÃO

As possibilidades da PNAD para o estudo da migração não se limitam às formas de identificação dos migrantes, aos volumes, aos fluxos e às intensidades. Na verdade, dada a riqueza dessa fonte, no que se refere à caracterização socioeconômica e demográfica da população, várias outras questões poderiam ser consideradas de maneira a melhor entender o fenômeno migratório. Sem a presunção de esgotar todas as possibilidades,¹³ o que se apresenta a seguir são apenas algumas sugestões de dimensões a serem consideradas.

Antes, porém, é importante lembrar que, a despeito do volume de informações disponíveis, quando se trata da análise de processos migratórios, uma limitação importante decorre da natureza de muitos dos dados levantados na PNAD: o caráter não-retrospectivo dos mesmos. Na verdade, com exceção de um quesito referente à ocupação prévia do indivíduo, a grande maioria das informações coletadas diz respeito ao momento do levantamento (como uma verdadeira fotografia) que, se não inviabiliza seu uso, já que ao menos permite discutir a forma de inserção do migrante no lugar de destino, no mínimo o torna pouco satisfatório para enfrentar várias questões. Este é o caso, por exemplo, de estudos que buscam conhecer as condições socioeconômicas e demográficas dos migrantes no momento de suas mudanças. Nesse particular, algumas alternativas podem ser levantadas no sentido de resolver ou, no mínimo, contornar tais problemas.

Na verdade, do ponto de vista de certas variáveis demográficas, com claros significados analíticos para o estudo da migração, idade, tipo de família, ciclo vital e estado civil seriam passíveis de mudanças com o tempo e/ou com a migração e, portanto, poderiam não refletir a situação vigente no local de origem. A seguir apresentam-se algumas sugestões de manuseio do dado:

a) *Idade*: um procedimento bastante aceitável para transformá-la em “idade no momento da migração” seria subtrair seu valor do “tempo de residência no município” do indivíduo,¹⁴

¹² Mesmo assim, como os tempos são reportados em anos completos (1, 2, 3 etc.), é sempre possível que, ainda com valores iguais, o tempo na UF fosse maior do que no município se estes tivessem sido computados, por exemplo, em meses ou dias.

¹³ Deve-se recordar que este trabalho faz parte de um conjunto de estudos que visam dar subsídios para um uso mais eficiente e completo das PNADs. Nesse sentido, qualquer incursão aos dados, além daqueles meramente demográficos, seria descabida, para não dizer temerária, tendo em vista que contribuições mais competentes serão apresentadas.

¹⁴ Obviamente que esta aproximação seria adequada apenas para os migrantes com tempo de residência menor ou igual a cinco anos, já que apenas para estas durações tem-se a informação desagregada por anos simples.

b) Tipo de Família: tendo como referencial o chefe da família, pode-se cotejar a “condição migratória” (origem do movimento e tempo de residência no destino) deste e dos outros membros como forma de se obter pistas aproximadas sobre a situação dessa família no momento da migração (se já existia, se era tal como captada pelo censo etc.).

c) Ciclo Vital: tomando como um indicador aproximado dessa variável a idade média do casal,¹⁵ o mesmo procedimento descrito em *a* poderia ser utilizado nesse caso;

d) Estado Civil: assim como em *b*, o estado civil do chefe da família poderia ser inferido a partir da comparação entre a sua condição migratória e a de seu cônjuge.¹⁶

Comentários semelhantes poderiam ser feitos para algumas características socioeconômicas:

- *Educação:* como lembra Martine (1980), para a população adulta, esta variável estaria muito menos afetada pelo tempo e pela mudança de residência, o que a tornaria uma escolha interessante para os estudos migratórios que visem conhecer o perfil do migrante na origem do movimento.

- *Ocupação:* como se sabe, esta variável pode ser afetada pela simples mudança de quadro domiciliar (rural para urbano ou vice-versa) ou de contextos socioeconômicos. Uma vez que a partir da PNAD é possível conhecer, caso tenham existido, dados sobre o trabalho anterior do indivíduo no período de um ano antes da data de referência do levantamento, fica aberta a oportunidade de se analisar, para aqueles migrantes com menos de um ano de residência na UF, a sua ocupação anterior, dado útil para estudos de mobilidade social.¹⁷ Contudo, como na PNAD os quesitos sobre migração e trabalho não estão associados (ou seja, não se pergunta sobre o trabalho na residência prévia), há sempre a possibilidade de que, mesmo residindo há menos de um ano, o trabalho anterior não necessariamente corresponda àquele exercido no local de origem. De qualquer forma, o dado é interessante e pode se ter um grande potencial de uso. Infelizmente, ao contrário dos censos demográficos, nas PNADs não é coletada informação sobre a origem urbana/rural, sendo este um dado que, como será mostrado mais adiante, poderia sugerir mudanças ocupacionais.¹⁸

2.3 ESTIMANDO OS EFEITOS DIRETOS E INDIRETOS DA MIGRAÇÃO

Em muitos sentidos, ligada aos estudos sobre diferenciais de migrantes e não-migrantes, outra classe de análise sobre migração diz respeito ao seu impacto nas comunidades de origem e destino. Infelizmente, esse tipo de estudo tem sido muito pouco frequente entre os estudiosos de população no Brasil, sendo que, até o momento, os censos de 1980 e 1991 foram pouco explorados nesse sentido. De fato, tem-se informação de

¹⁵ Na verdade, esta é apenas uma das formas possíveis de se aproximar ao ciclo vital da família, já que outras poderiam ser sugeridas utilizando não apenas a idade dos cônjuges, mas também a idade e número de filhos etc.

¹⁶ Se o cônjuge tiver a mesma origem e tempo de residência do chefe, poder-se-ia supor que aquele tenha migrado com este. Contudo, não se tem a garantia de que isso seja verdadeiro, sem contar que para chefes viúvos ou separados é impossível saber o estado civil anterior.

¹⁷ Para uma discussão e revisão interessante sobre esse tema no caso da migração, ver Jannuzzi (2000).

¹⁸ Particularmente na PNAD, essa informação seria muito mais interessante, na medida em que, como mostram Silva e Del Grossi (1997) e Silva (1999), este levantamento permite várias análises sobre a relação entre lugar e moradia e lugar de trabalho.

apenas alguns estudos que enfocam essa questão [Goldani (1980), Cunha (1988), Castiglione (1989), Ribeiro, Carvalho e Wong (1996), Ribeiro (1997), Cunha e Jakob (1999)], mesmo assim com o objetivo muito restrito e muito específico.

Dependendo, é claro, da intensidade do fenômeno, esses efeitos poderiam se dar em vários sentidos, que iriam desde os impactos quantitativos ligados às modificações nos volumes e composição da população por sexo e idade, passando pelos qualitativos, como as transformações nos perfis e características médias da população, nos aspectos culturais e, até mesmo, no plano espacial, na medida em que, em geral, a migração tem implicações decisivas na redistribuição da população no território, seja ele um país, estado ou município.

Além disso, em se tratando do fenômeno migratório, não se pode esquecer que seus impactos, sobretudo os quantitativos, não se restringem apenas às alterações provocadas pelos migrantes propriamente ditos. A esse efeito, conhecido como direto, dever-se-iam agregar os efeitos indiretos, que dizem respeito àquela população somada (ou subtraída) das áreas em função do processo migratório, ou seja, as crianças nascidas de pais migrantes.¹⁹

Formalmente, para se captar ou estimar de maneira correta os efeitos da migração de um determinado período, seriam necessários dados longitudinais que possibilitassem acompanhar, ao longo do tempo, as transformações ocorridas na população em função não apenas das entradas, mas também das saídas de pessoas de uma certa área.

Na verdade, esse tipo de informação seria desejável, na medida em que somente acompanhando as modificações da população passo a passo, e controlando cada elemento de alteração (onde nascimentos e mortes também estariam considerados), se poderia falar estritamente na detecção dos impactos da migração.²⁰

Contudo, na maior parte das vezes as informações ideais não existem e, portanto, os dados das PNADs e dos Censos acabariam sendo as fontes mais úteis para aprofundar essas questões, muito embora isso implique, às vezes, na necessidade de certas adaptações.

Parece ser consenso que o efeito da migração deveria ser sempre que possível referido a:

- um período definido de tempo e, portanto, à população entre dois momentos; e
- o resultado líquido do fenômeno, ou seja, imigração menos emigração.

¹⁹Ribeiro, Carvalho e Wong (1996) e, logo após Ribeiro (1997), em trabalhos inovadores, além do efeito indireto tradicional, reconhecem um segundo tipo no caso da migração de retorno, ou seja, aqueles familiares (cônjuge ou filhos) que, embora não naturais da área de nascimento do chefe da família, migraram juntos com ele, constituindo-se em verdadeiros efeitos indiretos que deveriam ser somados como impacto da migração de retorno.

²⁰Nesse sentido, é interessante notar que, mesmo nas formas mais clássicas e amplamente utilizadas de cálculo sobre migração, como são as estimativas de saldos migratórios através das relações de sobrevivência, a falta de dados longitudinais induz o analista a utilizar pressupostos, que no caso seria tomar a mortalidade dos imigrantes como se fosse dos emigrantes. Para maiores detalhes sobre esse pressuposto intrínseco, dos métodos indiretos de cálculo dos saldos migratórios, ver Arévalo (1981).

No primeiro caso, pode-se dizer que a definição de um período de referência seria fundamental, na medida em que, ao delimitar o tempo, se corre menos riscos dos resultados estarem contaminados por outros fenômenos como a mortalidade, a assimilação e até mesmo à reemigração dos migrantes. Portanto, tal espaço de tempo deveria ser suficientemente grande para abranger parte considerável do processo migratório, mas limitado o bastante para evitar os problemas anteriormente mencionados. Assim sendo, acredita-se que o intervalo entre 5 e 10 anos, normalmente utilizado em função da disponibilidade dos dados sobre migração, seria um tempo razoável.

A conveniência de que a análise seja feita tendo como referência a população nos dois extremos desse período também seria algo desejável e importante, já que somente conhecendo as situações inicial e final da população é que seria possível ter uma real dimensão dos impactos da migração. Não obstante, há que se reconhecer que esse tipo de análise também pode ser feito tendo como referência apenas a população no momento final.

Já no segundo caso, pode-se dizer que, se por um lado não há dúvidas que o saldo migratório seja uma estimativa adequada do efeito direto da migração, no que tange aos aspectos quantitativos da população, por outro, várias complicações se apresentam quando as questões a serem estudadas se referem a dimensões qualitativas.

Assim, se é possível estimar, de forma indireta, saldos migratórios suficientemente confiáveis por sexo e idade [Shryock e Siegel (1976), Nações Unidas (1972) e Carvalho (1985)], o mesmo não pode ser dito com relação, por exemplo, ao perfil educacional, distribuição de renda etc., variáveis que, ao contrário das primeiras, podem mudar com o tempo, o que dificulta (se não impossibilita) cálculos similares.

Uma saída para esse problema seria a utilização da informação direta contida nas PNADs e censos demográficos, que permitiria a obtenção das características de imigrantes e emigrantes de uma determinada área e período. Assim, a partir daí se poderia chegar a uma estimativa do impacto líquido ao cotejar o perfil (ou indicadores médios) daqueles que entraram e saíram da área.²¹ Indubitavelmente, a melhor informação para esse tipo de exercício seria a que fosse referente à residência em uma data fixa que, como se mostrou, está disponível em todas as PNADs dos anos de 1990.

As diferenças entre as características de imigrantes e emigrantes poderiam, assim, fornecer uma boa visualização dos efeitos que o processo migratório do período intercensitário teve sobre as populações emissoras e receptoras dessa migração.²²

Quanto ao efeito indireto, além das questões anteriores sobre a estimativa do impacto líquido, um outro problema diria respeito a como estimar esse efeito a partir dos dados das PNADs. Nesse sentido, algumas propostas já foram apresentadas e todas elas partem do princípio de estimar os nascimentos devidos aos migrantes no período de migração considerado. As diferenças se dão basicamente na forma como esses nascimentos são calculados. Uma primeira linha de “estimativa-método” seria por

²¹ Na verdade, embora relativamente simples de se realizar, tal exercício requereria, além, é claro, de dados de boa qualidade, pelo menos mais um pressuposto: a inexistência de diferenciais, para cada uma das características analisadas, entre migrantes mortos e sobreviventes.

²² Um exemplo desse tipo de análise pode ser encontrado em Cunha e Jakob (1999).

intermédio do uso das taxas de fecundidade representativas para os migrantes, ou a partir do uso da relação sugerida por Lee [Shryock e Siegel (1976)], que, tendo como base a relação crianças/mulheres, estima os nascimentos ocorridos antes e depois da migração. A outra maneira seria classificar as crianças filhas de migrantes segundo sua condição migratória (migrante e não-migrantes), ou seja, identificar quantos desses menores teriam nascido fora (migrantes) ou dentro (não-migrante) da área de destino de seus pais. Como já se frisou, por força da natureza dos dados, a relação será sempre feita a partir do chefe da família.²³

3 QUÃO CONFIÁVEIS SERIAM OS DADOS DERIVADOS DA PNAD PARA O ESTUDO DA MIGRAÇÃO?

Talvez uma das primeiras perguntas que deveria vir à mente do pesquisador, ao utilizar qualquer fonte de dados, seria: serão confiáveis os dados que dela derivam? De fato, a avaliação da qualidade da informação dos dados a serem utilizados constitui parte fundamental de qualquer processo de investigação.

É claro que a tradição e a qualidade das PNADs como fonte para estudos socioeconômicos e demográficos não precisam ser postas em discussão, mesmo que, por terem sua expansão realizada a partir de projeções, seus dados absolutos não sejam necessariamente os mais próximos da realidade, particularmente nos anos mais afastados dos recenseamentos. Contudo, em se tratando da migração, a pouca utilização por parte dos estudiosos dos quesitos específicos sugere a necessidade de estabelecer algum tipo de controle sobre os seus dados.

A forma encontrada para isso foi feita a partir da comparação com os dados censitários, estes sim, amplamente utilizados e com algum nível de consenso em torno da qualidade de suas informações quanti e qualitativas.

Optou-se por cotejar os resultados das matrizes migratórias obtidas de ambas as fontes, o que significava a possibilidade de comparação tanto de volumes de imigração e emigração totais, como de cada fluxo migratório específico. A estratégia adotada implicou a preparação de dois tipos de matrizes: a primeira utilizando o quesito sobre UF anterior para os migrantes com menos de 10 anos de residência; a segunda lançando mão da informação sobre data fixa, ou seja, sobre a residência dos indivíduos cinco anos antes da data do levantamento. Foram comparados os resultados do Censo de 1991 e a PNAD de 1992 e da Contagem de 1996 e a PNAD de 1996.

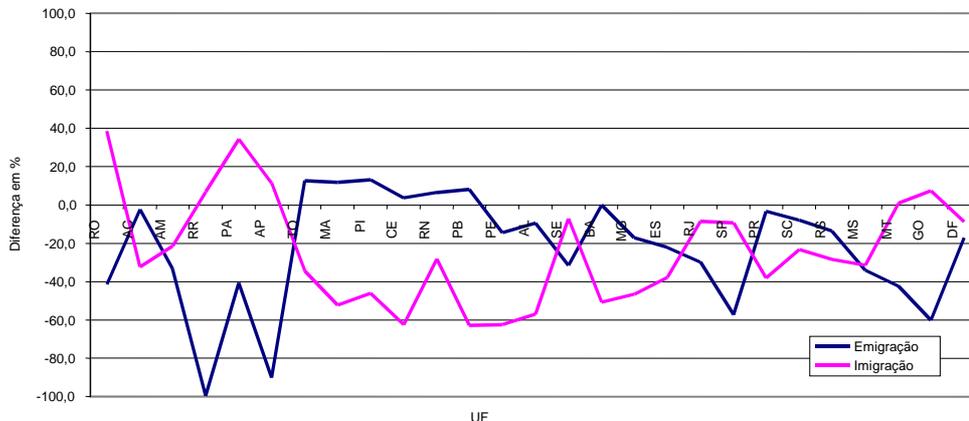
Como pode ser observado nos Gráficos 1 e 2, ao comparar os resultados do Censo de 1991 e a PNAD de 1992, pelo menos em termos percentuais, as diferenças entre os volumes de imigração e emigração podem chegar a níveis consideráveis em alguns estados, embora no que se refere aos volumes, as discrepâncias não sejam tão marcantes (Anexo 1). Na verdade, as especificidades de PNAD em termos de sua amostra — e, portanto, do erro amostral — e, sobretudo, o fato de ter sua expansão baseada em projeções, podem levar a tais diferenças o que indica a necessidade de um certo cuidado ao utilizá-la.

²³ Um trabalho muito cuidadoso a esse respeito pode ser encontrado em Ribeiro (1997).

GRÁFICO 1

Brasil: Diferenças Percentuais entre os Volumes de Imigração e Emigração Captadas pelo Censo Demográfico de 1991 e PNAD de 1992, por UFs

Última Residência, 1991 e 1992

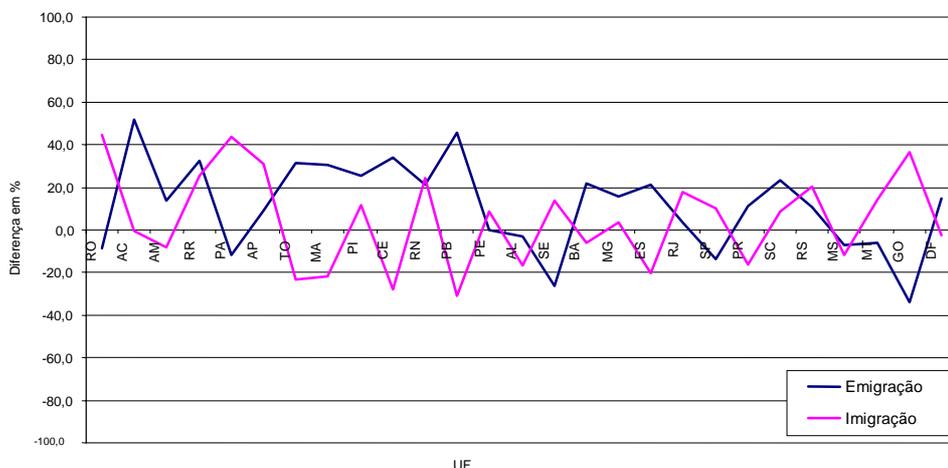


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1991 e PNAD de 1992.

GRÁFICO 2

Brasil: Diferenças Percentuais entre os Volumes de Imigração e Emigração Captadas pelo Censo Demográfico de 1991 e PNAD de 1992, por UFs

Data Fixa, 1991 e 1992



Fonte: IBGE, Contagem Populacional de 1996 e PNAD de 1996.

Contudo, o mais interessante a notar é que, de fato, parte dessas diferenças pode até ser real, tendo em vista a defasagem de um ano entre os levantamentos e a especificidade da PNAD. Sabe-se, por exemplo, que as tendências migratórias dos anos de 1980 praticamente mantiveram-se nos primeiros anos da década de 1990, em alguns casos sofreram certas inflexões, como aconteceu com a imigração para o Norte do país [Cunha e Baeninger (2000)]. Não se pode esquecer ainda que a PNAD não considera na amostra as zonas rurais da região Norte, o que pode alterar sensivelmente os volumes observados em alguns estados.

Nesse sentido, em termos dos volumes de imigração, chama a atenção o fato de que, justamente nas zonas onde se registraram importantes mudanças na migração, como a queda da expulsão dos estados do Nordeste, de Minas Gerais e do Paraná, o Censo de 1991 apresentou volumes menores. Por outro lado, no caso da emigração, observa-se o comportamento inverso para estas zonas de expulsão, ou seja, os volumes da PNAD menores que o do Censo. Mesmo nos casos específicos de São Paulo ou dos estados do Centro-Oeste, a maior emigração captada pela PNAD de 1992 também mostra-se coerente com as tendências de aumento da evasão demográfica dessas áreas. No Norte, como se adiantou, as diferenças também devem ser entendidas, tendo em consideração a falta da coletas dos dados do setor rural.

Estas observações, de certa forma, são válidas tanto para os dados relativos à “última residência”, quanto para aqueles derivados da pergunta sobre residências cinco anos antes. Na verdade, no caso da primeira forma de mensuração, seria de se esperar que os dados sobre emigração fossem, de fato, um pouco distintos entre as duas fontes, uma vez que no censo demográfico a captação da residência anterior, em nível de UF, não é perfeitamente possível, considerando que a pergunta, ao contrário do que ocorre na PNAD, é feita tendo o município de residência anterior como referência. Assim, embora seja possível detectá-los, não se pode conhecer verdadeiramente a origem dos migrantes interestaduais que se deslocaram internamente no estado onde foram recenseados, dificultando, portanto, uma boa estimativa de emigração por UF.²⁴

Enfim, o que se pode dizer da comparação do Censo de 1991 e PNAD de 1992 é que mesmo as diferenças encontradas acabam fazendo sentido. Portanto, há razões para se pensar que a fidedignidade dos dados deste último levantamento seria bastante boa para se aferir as tendências migratórias dos estados. De fato, esta afirmativa ganha ainda maior força ao se comparar dados referentes ao mesmo período de levantamento, ou seja, a contagem populacional e a PNAD de 1996 (Gráfico 3). Como se nota no gráfico a seguir, com exceção novamente dos estados do Norte, parece que as diferenças são ainda menores.

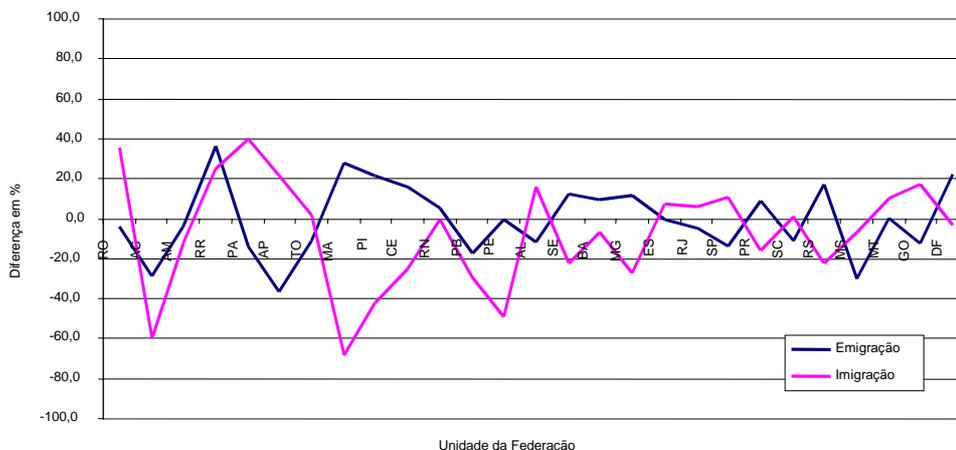
Tendo em vista que os resultados já apresentados são bastante promissores em relação ao uso da PNAD, considera-se que, para se chegar a uma conclusão um pouco mais sólida, também seria importante observar os resultados em termos da configuração dos fluxos migratórios revelados por esta fonte, novamente tendo como parâmetro o censo demográfico. Foram preparadas as Tabelas 1 e 2, que apresentam a constituição dos fluxos migratórios para as principais áreas de evasão e invasão do país. Nesse caso, de maneira a reduzir a quantidade de informação decidiu-se apresentar apenas as comparações feitas entre a contagem populacional e a PNAD de 1996, uma vez que se chegava praticamente às mesmas conclusões usando os levantamentos do começo da década.

²⁴ A partir da identificação destes indivíduos (pelo seu tempo de residência na UF), Carvalho (1985) apresenta uma solução muito criativa para o problema ao realizar uma distribuição *pro-rata* destes segundo a distribuição daqueles cuja origem se conhece.

GRÁFICO 3

Diferenças Percentuais entre os Volumes de Imigração e Emigração Captadas pela contagem da População de 1996 e PNAD de 1996, por UF

Data Fixa, 1996



Fonte: IBGE, Contagem Populacional de 1996 e PNAD de 1996.

TABELA 1

Comparação das Distribuições Relativas dos Fluxos Migratórios para algumas Áreas de Atração do País: Contagem de 1996 e PNAD de 1996 (Quesito: Data Fixa)

(Em %)

Destino	Origem								Total
	Nordeste	Centro-Oeste	MG	PR	Sul	RJ + ES	Norte	Outros	
PNAD 1996									
Mato Grosso	9	28	3	14	7	3	19	16	100
São Paulo	55	6	14	11	3	4	3	3	100
Rio de Janeiro	42	5	14	2	5	8	5	18	100
Rondônia	21	29	2	4	8	10	15	12	100
Roraima	54	2	2	.	.	.	38	5	100
Contagem Populacional de 1996									
Mato Grosso	13	27	4	17	8	2	18	11	100
São Paulo	58	6	14	11	2	5	4	.	100
Rio de Janeiro	48	5	16	2	4	6	6	13	100
Rondônia	18	22	8	12	3	10	18	9	100
Roraima	45	4	1	1	2	2	44	1	100

Fonte: IBGE, Contagem Populacional de 1996 e PNAD de 1996 (Tabulações especiais, Nepo/Unicamp).

Como se percebe pelos dados apresentados, existe uma grande semelhança na estrutura da migração segundo os fluxos migratórios entre as duas fontes, a não ser no caso de Roraima e Rondônia que, muito provavelmente, tiveram seus dados afetados na PNAD pelo fato da não-representatividade da população rural.

TABELA 2

Comparação das distribuições relativas dos fluxos migratórios para algumas Áreas de Expulsão do País: Contagem 1996 e Pnad 1996 (Quesito: Data Fixa)

(Em %)

Origem	Destino						Total
	SP	Centro-Oeste	Sul	Norte	Nordeste	Resto do Sudeste	
PNAD de 1996							
Ceará	36	12	1	13	25	14	100
Pernambuco	44	1	4	1	43	6	100
Bahia	53	11	3	2	13	17	100
Minas Gerais	49	16	6	3	4	21	100
Paraná	44	15	34	2	1	4	100
Contagem 96							
Ceará	40	12	3	11	20	15	100
Pernambuco	52	5	1	3	30	7	100
Bahia	58	12	2	3	10	16	100
Minas Gerais	48	17	4	4	7	20	100
Paraná	44	16	30	4	2	5	100

Fonte: IBGE, Contagem Populacional de 1996 e PNAD de 1996 (Tabulações especiais, Nepo/Unicamp).

4 SUGESTÕES PARA AS PNADS DE 2000

Um dos elementos enfatizados para constar deste documento foi o que diz respeito a sugestões para a melhoria e/ou complemento das informações sobre migração da PNAD. Nesse sentido, os comentários a seguir partem do seguinte pressuposto: por sua natureza — uma amostra muito menor e de periodicidade anual —, a PNAD talvez seja um dos espaços mais privilegiados para testar novas formas de coleta de dados e, assim, recolher informações inéditas ou dados mais detalhados sobre os fenômenos sociodemográficos. Na verdade, acredita-se que as dificuldades operacionais em termos de viabilidade e custo e, por que não dizer, com as negociações que cercam os censos demográficos, seriam significativamente minoradas no caso desse levantamento, criando muito mais flexibilidade com relação a modificações, dentro de certos limites, de maneira a não se perder a comparabilidade ao longo dos anos.

O que se apresenta a seguir são sugestões — e algumas justificativas — de modificações ou ampliação do questionário das novas PNADs no que se refere à questão migratória. Desde já, considera-se que tais recomendações certamente não esgotam todas as possibilidades, e muito menos atenderão a todas as demandas da comunidade acadêmica que, muito provavelmente (espera-se), será convidada e motivada a participar deste debate. Nesse sentido, é bom que se frise, várias questões ficarão necessariamente fora dessa discussão, não pela falta de relevância, mas por se considerar que estas apenas poderiam ser devidamente levantadas a partir de questionários mais complexos e que, portanto, dificilmente poderiam ser implementadas no corpo básico da PNAD. Esse é o caso específico, por exemplo, das trajetórias migratórias que têm sido de grande utilidade

para estudos longitudinais visando, entre outros temas, entender a relação entre mobilidade territorial e mobilidade social.

4.1 SOBRE A MIGRAÇÃO RURAL-URBANA

A questão da migração rural-urbana ocupou por muito tempo a agenda dos estudos migratórios no país, sobretudo nos anos de 1970. Como lembra Martine (1990), a partir de meados dos anos de 1960 deu-se início a uma progressiva, e sem precedentes, desruralização e concentração urbana derivadas de transformações radicais no campo. A tecnificação, os mecanismos de crédito adotados, a especulação e a concentração fundiária restringiram de forma impiedosa o acesso à terra pelos pequenos produtores e reduziram a demanda por mão-de-obra, gerando um grande êxodo rural.

Segundo Martine e Camargo (1984), nos anos de 1960 e 1970 o país registrou uma perda de população rural nunca vista em sua história. De acordo com os autores, no primeiro período cerca de 13,5 milhões de pessoas deixaram o campo, volume que aumenta para 15,6 milhões nos anos de 1970. Além disso, nas décadas de 1970 e 1980 o Brasil, pela primeira vez, registrou uma diminuição absoluta de sua população rural.

Na verdade, a migração das áreas rurais em direção às urbanas perdeu significativamente sua intensidade. Segundo o Censo de 1991, apenas pouco mais de 18% dos indivíduos que mudaram de município na década de 1980 fizeram esse tipo de movimento. Em contrapartida, os dados mostraram que no mesmo período mais de 60% da migração intermunicipal tinham origem e destino urbanos. Assim, a partir desses dados, poder-se-ia dizer que o êxodo rural já teria sofrido importante arrefecimento e, portanto, que a problemática migratória ou, de forma mais geral, a dinâmica socioeconômica e a dinâmica demográfica estariam cada vez mais circunscritas ao contexto das cidades.

Considerando, contudo, a natureza dos dados censitários utilizados para a obtenção dessas estimativas, a importância que a população rural ainda possui em muitos estados brasileiros e, principalmente, as novas formas de relações que têm sido observadas entre campo e cidade, é fundamental que as PNADs deste novo século atentem para a possibilidade de se levantar dados sobre a situação de residência anterior dos migrantes.

Se, por um lado, a maior parte dos dados sobre procedência dos migrantes revela apenas a sua última residência que, devido à intensa mobilidade da população certamente “inflou” a migração de tipo urbano/urbano,²⁵ por outro, a questão rural no país parece ser ainda de grande importância para a incorporação de milhares de brasileiros residentes em certas regiões, além de estar ganhando novos contornos e significados em outras.

Talvez, muito além da simples incorporação da situação prévia dos migrantes, as novas PNADs pudessem também vir a ser instrumentos para testar novas formas de captar a situação do domicílio.

²⁵ As evidências empíricas apontam para um aumento da migração de retorno, circularidade etc., fatos que não apenas atestam o aumento da mobilidade, mas também impõem a necessidade de se repensar e relativizar a ideia de “residência definitiva” como utilizada pelos antigos manuais de migração. Deve-se lembrar ainda que o dado sobre situação de domicílio pode também ser afetado pelo fenômeno da “reclassificação”, ou seja, a reconfiguração (ou não) por parte dos municípios de suas zonas rural e urbana, que por vezes pode mascarar a realidade dos processos.

Na verdade, pode-se considerar que a discussão sobre o que venha a ser rural e urbano é ainda hoje uma agenda em aberto não apenas no país como no mundo²⁶ e que, portanto, necessita de um maior aprofundamento por parte dos estudiosos. Graziano da Silva (1997, p. 43), por exemplo, se refere ao fato de que “está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano” e que “o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano, do ponto de vista espacial”. Ainda segundo o autor “do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária”.

Há que se reconhecer os avanços feitos pelo IBGE no sentido de melhor revelar as muitas facetas ou nuances daquilo que até pouco tempo era tratado apenas a partir da dicotomia rural/urbano ou campo/cidade. Contudo, talvez seja este momento de reflexão sobre a importância e uso das PNADs ideal para um alerta nesse sentido. Acredita-se que a frequência e a flexibilidade desse levantamento pode ser o caminho para implementar novas formas de coletas, que podem (e devem) aflorar discussões e análises mais meticolosas e competentes sobre o tema.

Em suma, o que se deve ter em mente é que as mudanças de situação de domicílio, embora possam ter, aparentemente, pouco significado analítico, quando analisadas isoladamente ou vistas do ângulo dos volumes que representam, passam a ganhar nova força interpretativa ao serem avaliadas à luz das realidades e contextos socioeconômicos em que se dão, em termos das articulações entre os espaços e entre os mercados de trabalho que representam etc.

4.2 A MOBILIDADE PENDULAR²⁷

Pode-se dizer que todos os estudiosos de migração, particularmente aqueles interessados nas dinâmicas intra-urbanas ou intra-regionais, sentiram profundamente a falta de informações quantitativas sobre mobilidade pendular no Censo Demográfico de 1991. Apesar de este trabalho não cotejar uma discussão apropriada sobre os motivos dessa ausência, não se pode ignorar que este dado não foi contemplado, justamente no momento em que começava a se generalizar, nas várias regiões brasileiras, o fenômeno das aglomerações urbanas e, portanto, os dados sobre “pendularidade” se faziam extremamente relevantes para a análise e compreensão dos processos de espraiamento urbano e redistribuição espacial da população. Como se sabe, este dado foi recuperado no Censo de 2000.

²⁶ Nesse sentido, é interessante observar as preocupações do Working Group on Urbanization da Iussp, consolidadas em um trabalho recente [Hugo, Champion e Lattes (2001)]: “(...) that existing rural/urban dichotomies classifications employed in national data collections are blunt instruments for examining the role of settlement in demographic processes and that the time has come for a rethink of how settlement should be differentiated in population data collection and analysis”(p. 1), “(...) the meaningfulness of the urban/rural distinction between populations has declined in the last four decades”(p. 4).

²⁷ Há pouco tempo, o mais comum era referir-se aos movimentos diários e frequentes de pessoas de um município a outro para exercerem suas atividades profissionais ou estudantis como “migração pendular”. No entanto, acredita-se que assim se está repensando o próprio conceito de migração, é o momento de deixar de lado essa nomenclatura para adotar algo mais adequado. Por sua abrangência e maior eloquência para representar os vários movimentos populacionais, o termo “mobilidade” parece ser muito mais adequado para esse tipo de deslocamento, na medida em que o mesmo não implica mudança (seja definitiva ou temporária) de residência.

Nesse sentido, e devido à sua tamanha importância, é de se estranhar que esse tipo de estatística nunca tenha feito parte dos questionários das PNADs, ainda restrita às regiões metropolitanas oficiais do país. Mesmo considerando que a particularidade amostral desta pesquisa implicaria limites, ou seja, não seria possível captar, como seria desejável, a intensidade deste fenômeno em todas as principais aglomerações urbanas do país,²⁸ acredita-se que a possibilidade de se conhecer, pelo menos, os volumes, as intensidades e as características do fenômeno nas regiões metropolitanas oficialmente reconhecidas pelo IBGE, para a coleta de dados, já representaria um grande avanço para os estudos sobre o processo de redistribuição espacial da população no âmbito intra-urbano ou intrametropolitano.

Se a amostra da PNAD continuar sendo representativa para essas RMs, como ocorreu durante os anos 90, ao se perguntar ao indivíduo, por exemplo, se o mesmo trabalha ou estuda²⁹ em um município distinto de onde reside, já seria possível ter uma dimensão daqueles que, residindo nestas áreas (ou no interior do estado se se considera o complemento), estariam fazendo deslocamentos pendulares. Este dado poderia ter maior eficácia se fosse perguntado ao entrevistado se o município onde exerce suas atividades pertence ou não à RM em questão.

4.3 MIGRAÇÃO, FAMÍLIA E REDES SOCIAIS

Seria desnecessário no contexto deste documento discutir a importância da família como unidade da análise para os estudos demográficos, em particular para a compreensão do fenômeno migratório. Essa questão é recorrente nos estudos que tendem a ver a migração, não como uma decisão puramente individual, mas, sobretudo, como parte de um processo mais abrangente de mudança social [Singer (1980) e Zelinsk (2001) entre outros]. Dessa maneira, poder recompor as formas de como se deram os movimentos migratórios em termos de arranjos e decisões familiares seria certamente um ganho analítico para o entendimento do processo.

Outra questão cada vez mais recorrente nas discussões e estudos sobre migração, especialmente a internacional, por sua reconhecida importância para o entendimento do fenômeno, diz respeito ao papel das redes familiares ou, de maneira mais genérica, das redes sociais no direcionamento, incremento e manutenção dos fluxos migratórios que têm sido discutidos por Massey (1987), Tilly (1990, p. 84), entre outros:

“(...) the vast majority of potential long-distance migrants (...) draw their chief information for migration decisions (...) from members of their interpersonal networks, and rely on those networks for assistance both in moving and in settling at the destination. Their activity then reproduces and extends the networks, specially to the extent that by migrating they acquire the possibility and the obligation to supply information and help to other potential migrants. Constrained by personal networks, potential migrants fail to consider many theoretically available destinations, and concentrate on those few localities with which their place of origin has strong links (...).”

²⁸ Deve-se lembrar que em estudo recente elaborado pelo IPEA/IBGE/Nesur foram detectadas 49 aglomerações urbanas de distintas hierarquias. Para maiores detalhes, ver IPEA/Nesur-Unicamp/IBGE (1999).

²⁹ Se recomenda repetir a forma usada no Censo Demográfico de 2000 que, de maneira muito apropriada, separou os motivos de trabalho e estudo para fins da captação do município onde o indivíduo realizava suas atividades diárias.

Considera-se que a mesma preocupação deveria ser transferida para a análise dos movimentos migratórios internos, uma vez que não há razões para se supor que esses deslocamentos se estruturariam de maneira muito distinta. Algumas das peculiaridades da migração interna talvez dissessem respeito a que, nesse caso, movimentos de mais curta distância também estivessem em jogo e, o mais importante, as mudanças culturais, sobretudo, com relação ao idioma e os riscos da migração, não fossem tão acentuadas e, possivelmente, tão decisivas para a decisão de migrar.

Não obstante seu significado analítico, pelo que se sabe, no Brasil são poucos os estudos mais contemporâneos que recuperam essa dimensão nos estudos sobre a migração interna. Dessa forma, seria imprescindível que esforços fossem empregados no sentido de incorporar essa problemática, sob pena de se desconsiderar aspectos significativos do processo migratório que, em geral, têm sido associados às mudanças estruturais ou, sob outro enfoque, aos diferenciais regionais em termos de oferta de empregos, salários etc.

A adequada captação desses mecanismos requer pesquisas específicas capazes de recuperar as trajetórias migratórias das famílias ou indivíduos, enfocando pontos como contatos estabelecidos, informações previamente obtidas, condição de chegada em termos de moradia e existência de parentes ou amigos no destino. Na ausência dessas informações, tais questões acabam sendo desconsideradas pelos estudos que se utilizam de dados secundários.

É nesse sentido que se considera a possibilidade de a PNAD tratar de a recuperar algumas informações úteis para os estudos da temática migração, família e redes sociais. Acredita-se que uma discussão mais detalhada e ampla sobre essa questão,³⁰ particularmente sobre os tipos de perguntas a serem utilizadas, acabaria por alongar demasiadamente este documento, razão pela qual se optou por apenas enumerar algumas informações que poderiam ser recolhidas pelas PNADs dos anos 2000.

- informações do local de destino;
- forma pela qual deu a migração: individual, com a família, com amigos etc.;
- em caso de migração familiar, o responsável pela decisão de migrar: se o próprio indivíduo, seu cônjuge, os pais etc.;
- lugar de permanência na chegada: casa própria, alugada, de parentes, de amigos etc.;
- conhecimento prévio sobre o local de destino: existente, inexistente;
- forma de obtenção desse conhecimento: parentes, amigos, empregador, empreiteira etc.;
- tempo de duração da primeira residência antes de mudar-se para residência própria (se esta existir);
- número de etapas prévias até o destino final.

³⁰ Entre as pesquisas de que se tem conhecimento da utilização de perguntas para apreender esse tipo de questão pode-se mencionar a Pesquisa Regional por Amostra de Domicílio (Prad) — Patarra *et alii* (1999). Também uma excelente discussão sobre o levantamento destes e outros tópicos em pesquisas sobre migração pode ser encontrada em Bilsborrow, Oberai e Standing (1984).

Se as informações recolhidas tendo como referência o local de destino são importantes, o mesmo se poderia dizer sobre aquelas relacionadas ao local de origem,³¹ uma vez que delas seria possível avaliar com maior completude a rede social instalada no processo migratório e, mais que isso, aspectos ligados à possibilidade de reversibilidade da migração [Domenach e Picouet (1990)].

Assim sendo, pode-se pensar em alguns elementos a serem recuperados sobre a situação do migrante no local de origem:

- informações do local de origem;
- se deixou a família nuclear ou parte dela na origem;
- se possui residência estabelecida na origem; e
- se envia (ou recebe) remessas monetárias sistematicamente para (da) a origem.

Além da questão das redes, propriamente, o tipo de informação mencionado poderia ainda auxiliar no estudo de um dos fenômenos migratórios mais crescentes no Brasil nas últimas duas décadas: a migração de retorno. De fato, os dados mostraram que, enquanto essa cifra era de 1,1 milhão de migrantes no período 1970-1980, no decênio seguinte esse volume subiu para mais de 2,7 milhões, significando um aumento de mais de 145%, tendência confirmada pelos dados das PNADs dos anos 1990.

Contudo, além dos números que se podem obter a partir dos dados das PNADs, a análise desse tipo de migração suscita algumas questões substantivas sobre a interpretação dos dados. Afinal, qual seria o significado de retornar ao estado de nascimento? Na verdade, haveria a necessidade de uma discussão conceitual sobre o que seria e qual o significado da migração de retorno, tarefa ainda pouco enfrentada pelos demógrafos e estudiosos de população.³²

Poder-se-ia dizer, por exemplo, que o retorno estaria caracterizado apenas nos casos em que a migração se justificasse pelo “desejo” do indivíduo, ou das famílias, de recuperarem as raízes, a cultura ou, em termos mais genéricos o “modo de vida” da área de origem? Nesse sentido, parecem ser bastante promissoras as idéias de Domenach e Picouet (1990), que discutem a noção de “espaço de vida ou residência base” e “residência exterior”.³³ Ao contrário da mudança pura e simples de residência, esse conceito, segundo os autores, permitiria definir diversos tipos de fluxos, superando a dicotomia utilizada até agora entre mudanças definitivas e deslocamentos temporais, numa tentativa de explicar também as tendências de reversibilidade desses deslocamentos.

³¹ Esta, com certeza, será uma das questões mais delicadas para decidir na implantação desses tipos de perguntas. Qual deveria ser considerada a origem? A última residência, o local de nascimento ou o local anterior onde passou mais tempo de vida? Embora seja muito difícil encontrar a resposta adequada, talvez a UF de nascimento ou a de maior tempo de residência representasse a melhor escolha.

³² Vale a pena mencionar dois dos poucos estudos que se conhecem sobre o tema: Moura e Mello (1990) e Amaral e Nogueira (1993).

³³ “Residência base” seria o lugar, ou o conjunto de lugares, a partir do qual os deslocamentos têm uma determinada probabilidade de retorno mais elevado, qualquer que seja a duração da estadia em outro lugar. O migrante em sua “residência exterior” teria como referência a sua “residência-base”, matriz de seu universo cultural, incluindo a maneira de organizar sua família, valores morais e religiosos etc.

A existência de uma residência-base parece ocorrer no caso do fluxo migratório de retorno, sobretudo aqueles envolvendo Nordeste e Sudeste, uma vez que os migrantes se mudam para os grandes centros urbanos do país mas, idealmente, desejam voltar e, culturalmente, procuram não se desligar de sua região de origem, tentando recriar alguns desses eventos culturais originais.

A partir da tipologia proposta por Domenach e Picouet (1990)³⁴ se poderia, portanto, enquadrar os fluxos migratórios de retorno apenas como sendo um “momento final” do processo tipificado pelos autores como “uma residência-base e uma ou mais residências exteriores sucessivas antes do retorno”, onde a primeira geração dos migrantes teria alta probabilidade de retorno, e a geração nascida no lugar de destino teria menos chances de retornar, já que seriam socializados nos grandes centros urbanos.

Esses autores trabalham, então, com a idéia do caráter de reversibilidade dos movimentos, que é dado pela pré-orientação do objetivo do retorno em um certo tempo. Além dos elementos puramente econômicos, a manutenção de uma solidariedade familiar e social, o investimento em terras ou bens imóveis na região de origem e o apoio financeiro acidental aos que ficaram são medidas culturais que organizam e fazem possível o retorno do migrante. Como se pode perceber, algumas dessas questões poderiam ser abordadas caso a PNAD considerasse a inclusão de quesitos como os propostos anteriormente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos empíricos nas ciências humanas, nos quais se inclui a demografia, em sua maior parte resvalam nas dificuldades de levantamento de dados, que acabam impondo ao pesquisador, sempre, um desafio não apenas conceitual, mas também operacional e financeiro. Recolher informações, particularmente boas informações, nem sempre é tarefa das mais fáceis e baratas.

Nesse sentido, é evidente reconhecer que a possibilidade de se utilizar um instrumento com as características e a periodicidade das PNADs torna-se uma significativa vantagem. Contudo, a despeito disso nem todos os estudiosos e, em particular, os “migrólogos” — com honrosas exceções — encontram nesta fonte um elemento de inspiração e motivação.

Este documento tratou de mostrar como as informações disponíveis nas PNDAs dos anos de 1990 podem contribuir para um mais amplo e melhor conhecimento do fenômeno migratório. Mesmo considerando suas limitações, impostas pelas especificidades amostrais, apresentou-se uma grande variedade de questões que poderiam ser encaradas a partir do uso isolado ou combinado de vários dos seus quesitos. Ainda que não de maneira exaustiva, principalmente no que se refere à utilização das características sociodemográficas e de inserção produtiva, as potencialidades desses dados, para os estudos sobre os movimentos populacionais, foram explicitadas nas suas várias dimensões, consideradas importantes para um avanço no entendimento dos processos envolvidos.

³⁴Domenach e Picouet (1990) propõem um uma tipologia dos deslocamentos, segundo a probabilidade de reversibilidade, com as seguintes categorias: a) uma residência-base sede dos deslocamentos temporários; b) uma residência-base e uma ou mais residências exteriores sucessivas antes do retorno; e c) residências-bases sucessivas.

Assim, não apenas foram consideradas as formas de manipular as informações, mas também tratou-se de incluí-las, mesmo que sucintamente, dentro dos debates de questões e discussões emergentes acerca do fenômeno migratório. Além disso, com base na experiência e no debate nacional sobre as questões migratórias, foi reunido um conjunto de sugestões que poderiam tornar a PNAD mais eficiente e eficaz para a compreensão das formas e dos condicionantes que envolvem os deslocamentos populacionais.

Com o incrível e alucinante crescimento da capacidade de processamento de informações e, sobretudo, com a facilidade de acesso aos dados propiciada pelas políticas de disseminação do IBGE, atualmente o uso da PNAD não representa mais o desafio que era há anos atrás. Dessa forma, é fundamental que os pesquisadores do fenômeno migratório voltem seus olhos para as potencialidades dessa fonte, analisando-a cuidadosamente, gerando formas criativas de utilização, criticando-a, enfim participando ativamente do processo de sua concepção e contribuindo para o seu contínuo aperfeiçoamento. Nesse processo não apenas poder-se-á avançar na caracterização e compreensão do fenômeno, mas também no reconhecimento da sua importância na dinâmica socioeconômica no nível nacional, regional ou local e, portanto, da sua relevância como recorte analítico para estudos sobre trabalho, renda, políticas sociais etc.

ANEXO 1

QUADROS COMPARATIVOS DOS VOLUMES DE IMIGRAÇÃO E EMIGRAÇÃO UTILIZANDO O CENSO E PNADS

Comparação entre os Volumes de Imigração e Emigração, por UF — Censo Demográfico de 1991 e PNAD de 1992: Quesito "Última Residência"

UF atual	Emigração		Imigração		Diferença em %	
	Censo 91	PNAD 92	Censo 91	PNAD 92	Emigração	Imigração
Rondônia	157.957	223.289	416.208	255.875	-41,4	38,5
Acre	30.550	31.247	29.846	39.495	-2,3	-32,3
Amazonas	96.782	129.014	115.340	139.918	-33,3	-21,3
Roraima	13.526	27.000	63.613	59.255	-99,6	6,9
Pará	340.289	478.665	510.948	335.594	-40,7	34,3
Amapá	14.006	26.650	43.689	38.690	-90,3	11,4
Tocantins	144.702	126.230	159.288	214.206	12,8	-34,5
Maranhão	498.083	439.354	238.755	363.668	11,8	-52,3
Piauí	287.566	249.491	162.562	237.634	13,2	-46,2
Ceará	519.712	500.401	295.777	480.642	3,7	-62,5
Rio Grande do Norte	165.447	154.792	160.072	205.314	6,4	-28,3
Paraíba	356.296	327.305	209.103	340.686	8,1	-62,9
Pernambuco	657.833	752.536	373.546	607.064	-14,4	-62,5
Alagoas	212.367	232.723	134.579	211.366	-9,6	-57,1
Sergipe	94.040	123.589	122.546	131.314	-31,4	-7,2
Bahia	876.900	875.979	459.367	692.869	0,1	-50,8
Minas Gerais	1.016.120	1.188.739	812.357	1.190.960	-17,0	-46,6
Espírito Santo	197.134	240.825	270.922	373.484	-22,2	-37,9
Rio de Janeiro	623.739	810.240	600.770	651.279	-29,9	-8,4
São Paulo	1.494.930	2.350.588	2.734.823	2.990.315	-57,2	-9,3
Paraná	1.081.535	1.118.221	620.557	857.728	-3,4	-38,2
Santa Catarina	271.443	293.304	334.429	412.050	-8,1	-23,2
Rio Grande do Sul	296.126	336.797	247.888	318.716	-13,7	-28,6
Mato Grosso do Sul	237.424	318.279	271.924	357.481	-34,1	-31,5
Mato Grosso	244.438	347.741	543.179	538.712	-42,3	0,8
Goiás	345.179	552.182	520.356	482.055	-60,0	7,4
Distrito Federal	340.098	398.229	354.920	386.268	-17,1	-8,8

Comparação entre os Volumes de Imigração e Emigração, por UF — Censo Demográfico de 1991 e PNAD de 1992: Quesito “Data Fixa”

UF atual	Emigração		Imigração		Diferenças em %	
	Censo 91	PNAD 92	Censo 91	PNAD 92	Emigração	Imigração
Rondônia	94.462	102.788	127.061	70.205	-8,8	44,7
Acre	14.344	6.907	12.981	13.052	51,8	-0,5
Amazonas	44.287	38.209	59.366	64.178	13,7	-8,1
Roraima	6.693	4.515	35.346	26.332	32,5	25,5
Pará	183.197	204.142	212.437	119.468	-11,4	43,8
Amapá	7.149	6.509	23.641	16.307	9,0	31,0
Tocantins	71.804	49.033	82.327	101.632	31,7	-23,4
Maranhão	237.929	165.675	103.447	125.825	30,4	-21,6
Piauí	139.447	103.771	72.949	64.318	25,6	11,8
Ceará	245.166	161.969	121.649	155.667	33,9	-28,0
Rio Grande do Norte	76.443	59.972	75.570	57.118	21,5	24,4
Paraíba	174.058	94.185	88.903	116.229	45,9	-30,7
Pernambuco	317.232	317.272	171.677	156.928	0,0	8,6
Alagoas	112.632	115.796	60.881	71.189	-2,8	-16,9
Sergipe	42.213	53.440	55.976	48.432	-26,6	13,5
Bahia	469.091	367.295	186.614	198.132	21,7	-6,2
Minas Gerais	479.398	404.471	371.888	359.133	15,6	3,4
Espírito Santo	90.908	71.500	135.421	162.645	21,3	-20,1
Rio de Janeiro	295.071	284.450	253.402	207.832	3,6	18,0
São Paulo	647.994	736.603	1.392.792	1.253.638	-13,7	10,0
Paraná	475.190	421.146	269.080	313.173	11,4	-16,4
Santa Catarina	125.001	95.606	170.304	155.503	23,5	8,7
Rio Grande do Sul	138.857	124.346	114.295	90.923	10,5	20,4
Mato Grosso do Sul	105.021	112.545	124.046	138.690	-7,2	-11,8
Mato Grosso	118.332	125.557	226.905	194.719	-6,1	14,2
Goiás	156.665	209.991	268.063	170.669	-34,0	36,3
Distrito Federal	143.670	122.268	195.233	200.373	14,9	-2,6

Comparação entre os Volumes de Imigração e Emigração, por UF — Contagem de 1996 e PNAD de 1996: Quesito "Data Fixa"

UF atual	Emigração		Imigração		Diferença em %	
	Contagem 96	PNAD 96	Contagem 96	PNAD 96	Emigração	Imigração
Rondônia	67.428	70.031	64.928	41.802	-3,9	35,6
Acre	12.478	16.073	10.367	16.536	-28,8	-59,5
Amazonas	40.204	41.727	43.480	48.850	-3,8	-12,4
Roraima	10.587	6.715	29.816	22.309	36,6	25,2
Pará	189.612	215.896	168.175	100.802	-13,9	40,1
Amapá	7.181	9.787	42.722	33.638	-36,3	21,3
Tocantins	55.901	61.928	84.747	83.074	-10,8	2,0
Maranhão	224.963	162.375	67.151	112.740	27,8	-67,9
Piauí	127.788	99.906	55.650	79.053	21,8	-42,1
Ceará	177.043	149.149	99.973	124.888	15,8	-24,9
Rio Grande do Norte	62.527	59.235	52.540	52.573	5,3	-0,1
Paraíba	124.429	145.677	70.951	91.568	-17,1	-29,1
Pernambuco	236.758	237.294	116.435	173.584	-0,2	-49,1
Alagoas	103.691	115.884	41.345	34.893	-11,8	15,6
Sergipe	42.186	36.912	36.487	44.542	12,5	-22,1
Bahia	457.281	414.612	163.402	174.644	9,3	-6,9
Minas Gerais	339.284	298.571	315.485	401.172	12,0	-27,2
Espírito Santo	62.337	62.474	116.499	108.010	-0,2	7,3
Rio de Janeiro	230.969	242.326	200.593	189.182	-4,9	5,7
São Paulo	541.760	617.933	1.139.663	1.023.281	-14,1	10,2
Paraná	291.427	265.132	234.004	270.609	9,0	-15,6
Santa Catarina	108.046	120.000	152.845	151.168	-11,1	1,1
Rio Grande do Sul	109.365	90.746	91.479	111.709	17,0	-22,1
Mato Grosso do Sul	73.748	95.833	87.374	93.486	-29,9	-7,0
Mato Grosso	110.026	109.513	150.421	134.886	0,5	10,3
Goiás	137.313	153.906	288.648	238.278	-12,1	17,5
Distrito Federal	147.697	119.457	166.849	171.771	19,1	-2,9

ANEXO 2

Quesitos sobre Migração nas PNADS dos Anos de 1990

1 INFORMAÇÕES COLETADAS

Naturalidade em Relação ao Município e à UF

Investigou-se a naturalidade em relação ao município e à UF de residência da pessoa. A pessoa que nasceu fora do lugar em que a mãe residia, em decorrência de ela ter estado afastada, temporariamente, para o parto, foi considerada como natural do município e da UF ou país estrangeiro de residência materna naquela ocasião.

Lugar de Nascimento

Para as pessoas não-naturais da UF de residência pesquisou-se a UF ou país estrangeiro de nascimento.

Tempo de Residência na UF

Para as pessoas não naturais do estado de residência e para as naturais que já moraram em outra UF ou país estrangeiro investigou-se o tempo ininterrupto de moradia na UF de residência, contado até a data de referência.

Lugar de Residência Há cinco Anos da Data de Referência

Investigou-se o lugar (UF ou país estrangeiro) em que residiam há cinco anos da data de referência, para as pessoas, naturais e não-naturais, que não moravam na UF de residência naquela data.

Lugar de Residência Anterior

Para as pessoas não-naturais do estado de residência e para as naturais que já moraram em outra UF ou país estrangeiro investigou-se o último lugar (UF ou país estrangeiro) em que residiram anteriormente.

Tempo de Residência no Município

Para as pessoas não naturais do município de residência e para as naturais que já moraram em outro município ou país estrangeiro investigou-se o tempo ininterrupto de moradia no município de residência, contado até a data de referência.

2 QUESTIONÁRIO

5		CARACTERÍSTICAS DE MIGRAÇÃO DOS MORADORES	
<p>1 --- NASCEU NESTE MUNICÍPIO? 0501</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim (passe ao 4) 3 <input type="checkbox"/> Não (siga 2)</p>	<p>1 --- NASCEU NESTE MUNICÍPIO? 0501</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim (passe ao 4) 3 <input type="checkbox"/> Não (siga 2)</p>		
<p>2 --- NASCEU NESTE ESTADO (OU UNIDADE DA FEDERAÇÃO)? 0502</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim (passe ao 4) 4 <input type="checkbox"/> Não (siga 3)</p>	<p>2 --- NASCEU NESTE ESTADO (OU UNIDADE DA FEDERAÇÃO)? 0502</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim (passe ao 4) 4 <input type="checkbox"/> Não (siga 3)</p>		
<p>3 EM QUE ESTADO (OU UNIDADE DA FEDERAÇÃO) OU PAÍS ESTRANGEIRO --- NASCEU? 0503</p> <p>Código</p> <p>(passe ao 5)</p>	<p>3 EM QUE ESTADO (OU UNIDADE DA FEDERAÇÃO) OU PAÍS ESTRANGEIRO --- NASCEU? 0503</p> <p>Código</p> <p>(passe ao 5)</p>		
<p>4 --- JÁ MOROU EM OUTRO ESTADO (OU UNIDADE DA FEDERAÇÃO) OU PAÍS ESTRANGEIRO? 0504</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim (siga 5)</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Não (passe ao 10)</p>	<p>4 --- JÁ MOROU EM OUTRO ESTADO (OU UNIDADE DA FEDERAÇÃO) OU PAÍS ESTRANGEIRO? 0504</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim (siga 5)</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Não (passe ao 10)</p>		
<p>5 EM 25 DE SETEMBRO DE 1999, --- MORAVA NESTE ESTADO (OU UNIDADE DA FEDERAÇÃO)? 0505</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim (siga 6)</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Não (encerre a parte)</p>	<p>5 EM 25 DE SETEMBRO DE 1999, --- MORAVA NESTE ESTADO (OU UNIDADE DA FEDERAÇÃO)? 0505</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim (siga 6)</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Não (encerre a parte)</p>		
<p>6 EM 25 DE SETEMBRO DE 1999, FEZ QUANTO TEMPO QUE --- MORAVA, SEM INTERRUÇÃO, NESTE ESTADO (OU UNIDADE DA FEDERAÇÃO)? 0506</p> <p>2 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Até 4 anos → (siga 7)</p> <p>4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> De 5 a 9 anos } (passe ao 9)</p> <p>6 <input type="checkbox"/> 10 anos ou mais</p>	<p>6 EM 25 DE SETEMBRO DE 1999, FEZ QUANTO TEMPO QUE --- MORAVA, SEM INTERRUÇÃO, NESTE ESTADO (OU UNIDADE DA FEDERAÇÃO)? 0506</p> <p>2 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Até 4 anos → (siga 7)</p> <p>4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> De 5 a 9 anos } (passe ao 9)</p> <p>6 <input type="checkbox"/> 10 anos ou mais</p>		

3 LAYOUT DO ARQUIVO

Posição Inicial	Tamanho	Código de Variável	Quesito N°	Categorias	
				Tipo	Descrição
35	1	V 0501	Nasceu neste município	0	Parte ignorada
				1	Sim
				3	Não
				9	Ignorado
36	1	V 0502	Nasceu neste estado	2	Sim
				4	Não
				9	Ignorado
					Não-aplicável
37	2	V 5030	Código da UF / país estrangeiro onde nasceu	11	Rondônia
				12	Acre
				13	Amazonas
				14	Roraima
				15	Pará
				16	Amapá
				17	Tocantins
				21	Maranhão
				22	Piauí
				23	Ceará
				24	Rio Grande do Norte
				25	Paraíba
				26	Pernambuco
				27	Alagoas
				28	Sergipe
				29	Bahia
				31	Minas Gerais
				32	Espírito Santo
				33	Rio de Janeiro
				35	São Paulo
41	Paraná				
42	Santa Catarina				
43	Rio Grande do Sul				
50	Mato Grosso do Sul				
51	Mato Grosso				
52	Goiás				
53	Distrito Federal				
88	Brasil				
98	Países estrangeiros				
99	Sem declaração				
		Não-aplicável			
39	1	V 0504	Morou noutra UF ou país estrangeiro	2	Sim
				4	Não
				9	Ignorado
					Não-aplicável

(continua)

(continuação)

Posição Inicial	Tamanho	Código de Variável	Quesito N°	Categorias	
				Tipo	Descrição
40	1	V 0505	Em 25 / 9 / 1999 morava nesta UF	1 3 9	Sim Não Ignorado Não-aplicável
41	1	V 5061	Em 25 / 9 / 1999, morava sem interrupção nesta UF há até 4 anos	2	Sim, até 4 anos Não-aplicável
42	1	V 5062	Se em 25 / 9 / 1999 morava sem interrupção nesta UF há até 4 anos, indique quantos anos	0 1 2 3 4 8 9	Menos de 1 ano 1 ano 2 anos 3 anos 4 anos Sem declaração na faixa Sem declaração no quesito 6 Não-aplicável
43	1	V 5063	Em 25 / 9 / 1999 morava sem interrupção nesta UF há entre 5 e 9 anos	4	Sim, entre 5 e 9 anos Não-aplicável
44	1	V 5064	Se em 25 / 9 / 1999 morava sem interrupção nesta UF há entre 5 e 9 anos, indique quantos anos	0 5 6 7 8 9	Sem declaração na faixa 5 anos 6 anos 7 anos 8 anos 9 anos Não-aplicável
45	1	V 5065	Em 25 / 9 / 1999 morava sem interrupção nesta UF há 10 anos ou mais	6	Sim, 10 anos ou mais Não-aplicável
46	1	V 0507	Em 25 / 9 / 1994 morava nesta UF	1 3 5 9	Sim Não Não-era nascido Ignorado Não-aplicável

(continua)

(continuação)

Posição Inicial	Tamanho	Código de Variável	Quesito N°	Categorias	
				Tipo	Descrição
47	2	V 5080	Código da UF / país estrangeiro onde morava em 25/9/1994		Rondônia Acre Amazonas Roraima Pará Amapá Tocantins Maranhão Piauí Ceará Rio Grande do Norte Paraíba Pernambuco Alagoas Sergipe Bahia Minas Gerais Espírito Santo Rio de Janeiro São Paulo Paraná Santa Catarina Rio Grande do Sul Mato Grosso do Sul Mato Grosso Goiás Distrito Federal Brasil Países estrangeiros Sem declaração Não-aplicável

(continua)

(continuação)

Posição Inicial	Tamanho	Código de Variável	Quesito N°	Categorias	
				Tipo	Descrição
49	2	V 5090	Código da última UF / país estrangeiro onde morou anteriormente	11	Rondônia
				12	Acre
				13	Amazonas
				14	Roraima
				15	Pará
				16	Amapá
				17	Tocantins
				21	Maranhão
				22	Piauí
				23	Ceará
				24	Rio Grande do Norte
				25	Paraíba
				26	Pernambuco
				27	Alagoas
				28	Sergipe
				29	Bahia
				31	Minas Gerais
				32	Espírito Santo
				33	Rio de Janeiro
				35	São Paulo
				41	Paraná
				42	Santa Catarina
				43	Rio Grande do Sul
				50	Mato Grosso do Sul
				51	Mato Grosso
				52	Goiás
				53	Distrito Federal
				88	Brasil
				98	Países estrangeiros
99	Sem declaração Não-aplicável				
51	1	V 0510	Em 25 / 9 / 1999 morava neste município	2	Sim
				4	Não
				9	Ignorado
					Não-aplicável
52	1	V 0511	Morou noutro município nesta UF	1	Sim
				3	Não
				9	Ignorado
					Não-aplicável
53	1	V 5121	Em 25 / 9 / 1999 morava sem interrupção neste município há até 4 anos	2	Sim, até 4 anos Não-aplicável

(continua)

(continuação)

Posição Inicial	Tamanho	Código de Variável	Quesito N°	Categorias	
				Tipo	Descrição
54	1	V 5122	Se em 25 / 9 / 1999 morava sem interrupção neste município há até 4 anos, indique quantos anos	0	Menos de 1 ano
				1	1 ano
				2	2 anos
				3	3 anos
				4	4 anos
				8	Sem declaração na faixa
				9	Sem declaração no quesito 12
					Não-aplicável
55	1	V 5123	Em 25 / 9 / 1999 morava sem interrupção neste município há entre 5 e 9 anos	4	Sim, entre 5 e 9 anos
					Não-aplicável
56	1	V 5124	Se em 25 / 9 / 1999 morava sem interrupção neste município há entre 5 e 9 anos, indique quantos anos	0	Sem declaração na faixa
				5	5 anos
				6	6 anos
				7	7 anos
				8	8 anos
				9	9 anos
					Não-aplicável
57	1	V 5125	Em 25 / 9 / 1999 morava sem interrupção neste município há 10 anos ou mais	6	Sim, 10 anos ou mais
					Não-aplicável

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, A. E. P., NOGUEIRA, R. A. M. *A volta da Asa Branca: um estudo sobre migração de retorno a Pernambuco*. Recife: Fundaj/Facepe, 1993.
- ARÉVALO, J. Los supuestos del método de las relaciones de supervivencia en la medición de la migración interna. *Notas de Población*, Santiago de Chile: Celade, v. 5, 1975.
- BAENINGER, R. *Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes — Brasil, 1980-1996*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1999, 231f. (Dissertação de Doutorado).
- BILSBORROW, R. E. The state of the art and overview of the chapters. In: BILSBORROW, R. E. *Migration, urbanization, and development: new directions and issues*. New York: UNFPA, 1996.
- BILSBORROW, R. E., OBERAI, A. S., STANDING, G. *Migration surveys in low income countries: guidelines for survey and questionnaire design*. Unites States of America: Croom Helm, 1984.

- BOYD, M. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agendas. *International Migration Review*, Staten Island, v. 23, n. 3, 1989.
- BRITO, F. *Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório*. Belo Horizonte, 2000, mimeo.
- CAIADO, M. C. S. Estrutura urbana e mobilidade intra-regional: a região do entorno de Brasília. *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos da População*, Caxambu, 2000 (CD-Rom).
- CARVALHO, J. A. M. Estimativas indiretas e dados sobre migrações: uma avaliação conceitual e metodológica das informações censitárias recentes. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v. 2, n. 1, jan./jun. 1985.
- CARVALHO, J. A. M., MACHADO, C. C. Quesitos sobre migrações no censo demográfico de 1991. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v. 9, n. 1, jan./jul. 1992.
- CARVALHO, J. A. M., RIGOTTI, J. I. Análise das metodologias de mensuração das migrações. *Anais do Encontro Nacional sobre Migração — 1997*, Curitiba: Iparde/ Fnuap, 1998.
- CASTIGLIONE, A. *Migration, urbanisation and development*. Louvan: Ciaco, 1989.
- CUNHA, J. M. P. da. Impactos da migração intercensitária em algumas características demográficas do Estado de São Paulo (1970/80). *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Olinda, 1998. Belo Horizonte: Abep, 1988.
- . *Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da região metropolitana de São Paulo*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1994, 300f. (Dissertação de Doutorado).
- . (Des) Continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1970/1991: qual o efeito da crise? *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, 1998. Belo Horizonte: Abep, 1998a.
- . O uso dos censos demográficos nos estudos migratórios: desafios metodológicos. O que são as migrações internas? Desafios contemporâneos. *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, 1998. Belo Horizonte: Abep, 1998b, mimeo (Texto preparado para a mesa-redonda).
- CUNHA, J. M. P. da, BAENINGER, R. A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. In: HOGAN, D. J. *et alii* (orgs.). *Migração e ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2000.
- CUNHA, J. M. P. da, DEDECCA, C. S. Migração e trabalho na região metropolitana de São Paulo-Brasil: uma abordagem não algoz! *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, 2000. Belo Horizonte: Abep, 2000.

- CUNHA, J. M. P. da, JAKOB, A. A. E. Quem entra e quem sai da região metropolitana de São Paulo: uma análise dos impactos da migração no perfil da população residente. *Anais do II Encontro Nacional sobre Migração*, Ouro Preto, 2000. Belo Horizonte: Abep, 1999.
- CUNHA, J. M. P. da, PATARRA, N. Migração: um tema complexo. *Revista São Paulo, em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Seade, v. 1, n. 2, 1987.
- DEDECCA, C. S. *Reorganização produtiva e estrutura de emprego no Brasil — os anos 90*. Campinas: Instituto de Economia, Unicamp/Fapesp, 1999 (Relatório de Pesquisa).
- DOMENACH, H., PICOUET, M. El carácter de reversibilidad en el estudio de la migración. *Notas de Población*, Santiago de Chile, n. 49, 1990.
- GOLDANI, A. M. Componentes demográficos do crescimento urbano: região metropolitana de São Paulo. *Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, São Paulo, 1980. Belo Horizonte: Abep, v. 1, 1980.
- HUGO, G., CHAMPION, A., LATTES, A. *New conceptualization of settlement for demography: beyond the rural/urban dichotomy*. Trabalho apresentado na 42th Iussp Conference, Bahia, Jun. 2001.
- IPEA/NESUR-UNICAMP/IBGE. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, 2v. (Coleção Pesquisas, 3).
- JANNUZZI, P. M. *Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista*. Campinas: Autores Associados, 2000.
- MARTINE, G. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, H. (org.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.
- . Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilizações. *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, São Paulo, 1984. Belo Horizonte: Abep, v. 1, 1984a.
- . Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilização. In: ABEP. *Censo, consensos, contracensos*. Belo Horizonte: Abep, 1984b.
- . As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: ABEP. *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Fundação Seade, 1990.
- MARTINE, G., CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v. 1, n. 1, 1984.
- MARTINE, G., CAMARANO, A. A., NEOPERT, R., BELTRÃO, K. I. A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas. *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Olinda, 1988. Belo Horizonte: Abep, 1988.
- MASSEY, D., ALARCÓN, R., DURAND, J., GONZÁLEZ, H. *Return to Aztlan*. Berkeley: University of California Press, 1987.

- MATOS, R., BAENINGER, R. Migração e urbanização no Brasil: processos de concentração e desconcentração espacial e o debate recente (versão em português). *Anais do XXIV Iussp General Population Conference*, Salvador, 2001.
- MATOS, R. E. S. *A desconcentração populacional em Minas Gerais e as mudanças na região-Core*. Trabalho apresentado no IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1994.
- MOREIRA, M. de M., MOURA, H. A. de. Análise demográfica da região Norte. In: PACHECO, C. A., PATARRA, N. (orgs.). *Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2000 (Coleção de Pesquisas, 4).
- MOURA, H. *A identificação do migrante de retorno através da informação censitária*. s/d., mimeo.
- MOURA, H., MELLO, M. L. *Migrações de retorno*. Recife: Fundaj/Editora Massangana, 1990.
- NAÇÕES UNIDAS. *Métodos de medición de la migración interna: manual VI*. Nueva York, 1972.
- PACHECO, C. A., PATARRA, N. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? In: PATARRA, N. L. (orgs.) *Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1997.
- PATARRA, N. L., BAENINGER, R., BÓGUS, L., JANUZZI, P. *Migrações, condições de vida e dinâmica urbana*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1997.
- RIBEIRO, J. T. L. *Estimativa da migração de retorno e de alguns de seus efeitos demográficos indiretos no Nordeste brasileiro*. Belo Horizonte: Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 1997 (Dissertação de Doutorado).
- RIBEIRO, J. T. L., CARVALHO, J. A. M., WONG, L. R. Efeitos demográficos da migração de retorno: uma proposta metodológica. *Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu. Belo Horizonte: Abep, v. 2, 1996.
- RIGOTTI, J. I. *Técnicas de mensuração das migrações a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte: Cedeplar/Fcace, Universidade Federal de Minas Gerais, 1999 (Dissertação de Doutorado).
- RIGOTTI, J. I. R., RODRIGUES, R. N. *Distribuição espacial da população na região metropolitana de Belo Horizonte*. Trabalho apresentado no IX Encontro Nacional de Estudos de População, 1994.
- SALIM, C. A. *Estrutura agrária e dinâmica migratória na Região Centro-Oeste, 1970-1980: análise do êxodo rural e da mobilidade da força de trabalho no contexto de industrialização da agricultura e da fronteira urbanizada*. Belo Horizonte: Cedeplar/Fcace, Universidade Federal de Minas Gerais, 1992 (Dissertação de Doutorado).
- SHRYOCK, H. S., SIEGEL, J. *The methods and materials of demography*. New York: Academic Press, 1976.

- SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. *Nova Economia*, Belo Horizonte: Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, v. 7, n. 1, maio 1997.
- . *O novo rural brasileiro*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1999 (Coleção Pesquisas, 1).
- SILVA, J. G. da, DEL GROSSI, M. E. A evolução do emprego não-agrícola no meio rural brasileiro. *Indicadores Econômicos*, Fundação de Economia e Estatística Siegfried E. Heuser, Porto Alegre, v. 25, n. 3, 1997.
- SILVA, J. G. da, BALSADI, O. V., BOLLIGER, F. P., BORIN, M. R., PARO, M. R. O rural paulista: muito além do agrícola e do agrário. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Seade, v. 10, n. 2, 1996.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (org.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S. A., 1980.
- TILLY, C. Transplanted networks. In: YANS-MACLAUGHLIN, V. (ed.). *Immigration reconsidered: history, sociology and politics*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- VAINER, C. B., BRITO, F. Migration and migrants shaping contemporary Brazil. *Anais do XXIV Iussp General Population Conference*, Salvador, 2001.
- ZELINSKY, W. The impasse in migration theory: a sketch map for potencial escapees. In: MORRISON, P. *Population movements: their forms and functions in urbanization and development*. Ed. Brussels, IUSSP, Orina editons, 1983.